

A HISTORIA DAS NOSSAS RAÍZES: ITINERÁRIO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES (AS) RURAIS NO BRASIL E O SURGIMENTO DO SINDICALISMO RURAL ¹

Maria do Socorro Silva²

"Da desapareença dos tempos aprendo as tranças e tramas das novas lições."
Gonzaguinha

PARA INICIO DE CONVERSA

Nos colocamos, nesse momento, diante do desafio de trazer ao debate questões que se inserem nas reflexões em torno do enraizamento histórico do sindicalismo rural no Brasil, ou seja, o processo no qual é gestado a dinâmica do movimento sindical dos trabalhadores(as) rurais (MSTTR), que se traduz, concretamente, num amplo imbricamento de ações. Porém, considerando os limites a que nos propomos discutir o assunto em pauta, nesse texto, restringeremos nossa análise a elencar alguns movimentos ou lutas que contribuíram para esse processo, como se constituiu a estrutura sindical oficial no Brasil.

Os movimentos sociais do campo vem se constituindo ao longo da nossa história, como sujeitos coletivos, onde constroem uma identidade e organizam práticas que visam defender direitos, interesses e projetos. Esse processo se dá através de lutas de resistências, de organização, mobilização que se constroem nos locais de trabalho, na roça e na comunidade. É na teia de constituição dessas lutas que se forjam as condições para a tomada de consciência do que significa ser trabalhador(a) rural.

Desde a chegada dos colonizadores portugueses que tivemos, em nosso país conflitos e rebeliões populares formados por complexa composição étnica, social e ideológica – índios, caboclos, camponeses, escravos, alfaiates, barqueiros, religiosos, seleiros, etc - com proporções e alcances distintos, ora manifestando-se como amplos movimentos de massa construindo novas formas de organização social, política e econômica, ora manifestando-se como ações específicas e localizadas ou movimentos messiânicos, de confronto com a opressão, a miséria, a dependência, a ausência de direitos, a luta pela posse da terra e por melhores condições de vida e de trabalho nas sociedades Colonial, Monárquica³ e Republicana⁴

¹ Texto elaborado para o I Módulo do Curso de Formação Política da Escola Nacional de Formação da CONTAG, realizado de 14 a 25 de agosto de 2006.

² Pedagoga e Psicóloga. Professora da Faculdade de Educação da UnB/UFCEG. Doutoranda em Educação da UFPE.

³ No período Imperial tivemos apenas o nascimento das primeiras organizações operárias. No começo do século XIX já existiam algumas associações de artesãos, mas organizadas sob a forma de irmandades religiosas. As primeiras organizações operárias, sem um caráter essencialmente religioso, foram associações voltadas para a ajuda mútua em situações de doença, acidentes no trabalho, invalidez, etc..

⁴ A primeira constituição republicana foi a de 1891 - assegura o direito à associação e a reunião deixando em aberto qual seria o tipo de organização, surgiram então às primeiras organizações de

A proclamação da República (1889), juntamente com a Abolição da escravidão (1888), marcam um dos momentos de maior transformação social já vivido pelo país. A chamada Primeira República, que se segue, é o período de delineamento da identidade social e política do trabalhador brasileiro. Evidentemente, havia anteriormente trabalhadores, mas não uma classe trabalhadora. Até então, quem trabalhara no Brasil foram os escravos e a sociedade imperial escravista desmerecera inteiramente o ato de trabalhar.

No século XIX, começamos a ter uma nova configuração, primeiro com a chegada dos primeiros colonos europeus não-portugueses, para o cultivo do café, a partir de 1819, suíços, alemães, italianos, todos agricultores pobres atraídos para o Brasil por promessas de terra, que passaram a ocupar áreas ainda não utilizadas, nas regiões Sul e Sudeste, principalmente sobre a forma de parceria ou colonato, com isso tivemos uma intensificação dos conflitos por terra e pela libertação dos escravos.

Juntamente com o processo de luta contra a escravidão vamos ter a afirmação das leis de locação de serviços que visam regular o trabalho assalariado, (1830, 1837), os trabalhadores não poderiam romper seus contratos a não ser que pagassem ao patrão quantia correspondente e se não o fizessem estariam sujeitos à prisão com trabalhos forçados até pagar suas dívidas.

Em 1850, o império restringiu o direito de posse da terra por meio da Lei de Terras. Essa Lei significou o casamento do capital com a propriedade de Terra, pois a partir desse momento a terra foi transformada em uma mercadoria a qual somente quem já dispunha dela e de capital pudesse ser proprietários, isso impedia que os ex-escravos, brasileiros pobres, os posseiros e os imigrantes pudessem se tornar proprietários, mas sim constituísse a mão de obra assalariada necessária nos latifúndios, segundo José de Souza Martins, professor da USP: “Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre, a terra ficou escrava”.

Nesse mesmo período, milhares de nordestinos, fugindo da seca e da crise econômica dos engenhos de açúcar, foram para o norte, trabalhar na extração dos produtos da floresta, principalmente a borracha e a castanha, que tiveram um grande peso na formação da atual população de agricultores familiares amazônicos.

O resgate do itinerário de algumas dessas lutas que são raízes da organização do campo brasileiro, e do surgimento, do sindicalismo rural brasileiro, podem sinalizar para descobertas importantes na construção de uma sociedade mais justa, e no fortalecimento das organizações no momento atual.

PRIMEIRO MOMENTO: DAS LUTAS PELA LIBERDADE AO SURGIMENTO DO SINDICALISMO RURAL

“O movimento para a liberdade, deve surgir e partir dos próprios oprimidos, e a pedagogia decorrente será " aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade". vê-se que não é suficiente que o oprimido tenha consciência crítica da opressão, mas, que se disponha a transformar essa realidade; trata-se de um trabalho de conscientização e politização.”

Paulo Freire

1. Lutas e mobilizações pela liberdade

A luta dos trabalhadores (as) rurais brasileiros pela posse da terra, visando garantir melhores condições de trabalho e de vida fazem parte da história do povo brasileiro: lutas de tribos indígenas, movimentos de escravos, revoltas como da Cabanagem e Balaiada, litígios e reações de parcela das populações pobres foram uma constante ao longo da nossa história.

Durante todos esses períodos tivemos ações populares de intervenção na ordem social, práticas reprimidas de participação social e política do povo que colocaram em ebulição os direitos políticos e sociais, antes que a cidadania e a sociedade civil se estabelecessem entre nós, e que tiveram nos camponeses (as) sujeitos protagonistas de várias dessas lutas e mobilizações.

a) Quilombos

Nos quilombos refugiavam não só escravos foragidos, como também índios e pobres livres. Um dos mais importantes quilombos de nossa história foi Palmares foi construído no fim do século XVI e resistiu até o fim do século XVIII, chegou a reunir mais de 20 mil habitantes, localizava-se na Serra da Barriga entre Pernambuco e Alagoas, e era governando por um rei (sendo o mais conhecido Zumbi) e um conselho formado por chefes dos quilombos. O sistema de vida e produção organizado em Palmares pode resistir a economia patriarcal e escravocrata, com uma cultura e economia baseada na policultura, na organização coletiva da produção e na resistência e combate a escravidão.

Durante sua existência foram feitas varias tentativas de destruir Palmares. Por fim, o governo de Pernambuco solicitou a ajuda do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, que preparou uma expedição para derrotar os fugitivos. Também ele falhou nas primeiras tentativas, mas não desistiu. Organizou um exército realmente poderoso e voltou ao ataque. Mesmo assim, a resistência dos quilombolas foi tão grande, tão valente, que a luta durou perto de três anos.

Os negros tinham uma desvantagem: estavam cercados. Enquanto os atacantes podiam conseguir reforços e munições de fora, principalmente contando com o interesse do

governo, os quilombolas encontravam-se sozinhos e apenas podiam contar com o que possuíam. É claro que, um dia, a munição dos sitiados tinha de se esgotar. Quando isto se deu, muitos negros fugiram para o sertão. Outros se suicidaram ou renderam-se aos atacantes.

b) Missões

A luta dos indígenas ao longo da nossa história apresenta raízes de uma organização camponesa, principalmente por meio das missões, os exemplos mais conhecidos são: a Confederações dos Tamoios, Guerra dos Guaranis e a Guerra dos Bárbaros.

A Confederação dos Tamoios

Em 1562, aliaram-se aos franceses tomaram a Baía de Guanabara. Não fora difícil aos franceses conquistar os tamoios, homens ativos, que há tempos lutavam contra portugueses, que pretendiam escravizá-los. A paz foi conseguida pelos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega.

Guerra dos Guaranis

Em 1750, o Tratado de Madrid determinou novos limites entre os impérios coloniais de Portugal e Espanha. Na área do estuário do Prata, pelo novo acordo, a Espanha trocava os Sete Povos das Missões, na margem esquerda do rio Uruguai, pela Colônia do Sacramento, dos portugueses. Os governos de Madrid e Lisboa tomaram decisões sem levar em conta os interesses dos jesuítas e guaranis. Em 1752, enviaram comissões para tornar efetivas as mudanças previstas no Tratado.

Os Guaranis se revoltaram e se organizaram para defender suas terras. Mas os portugueses e espanhóis se uniram contra os rebeldes. Em 1754, começou a Guerra Guaranítica, que durou dois anos. Melhor equipado, o exército europeu massacrou os guerreiros guaranis, liderados por Nicolau Ñeenguiru e Sepé Tiaraju. Obrigados a sair, alguns sobreviventes foram para as reduções da margem direita do Uruguai.

A guerra não resolveu as questões de limites, pois, além dos índios, os portugueses da Colônia do Sacramento também não estavam satisfeitos com a troca de terras. Portugal e Espanha voltaram atrás, anulando o Tratado de Madrid em 1761. Com isso, os Guaranis continuaram a ocupar a área dos Sete Povos. Mas já não existia o entusiasmo de antes e as mesmas condições de resistência e luta.

Guerra dos Bárbaros

Essa guerra durou vinte anos, a partir de 1682, e foi empreendida pelos cariris. O cenário dessa guerra foi uma extensa área do Nordeste, particularmente nos vales do Rio Açu (atual Piranhas) e Jaguaribe. Todavia, estes bravios guerreiros, apesar das degolas, dos aprisionamentos, cativeiros e reduções em aldeamentos jesuítas que sofreram ao longo

dessa história que lhes fora imposta, resistiram por cerca de mais vinte anos sempre lutando como podiam pela posse de suas terras e na tentativa de vencer as injustas estratégias da dominação colonial.

2. Lutas messiânicas – 1888 e a década de 1930

As lutas messiânicas se caracterizam pela existência de uma liderança messiânica. Isso significa que a fé era a ligação entre ele e seus seguidores. É por isso que alguns autores chamam as revoltas camponesas do período de lutas messiânicas. Dentre essas podemos destacar:

a) Canudos a terra prometida

Os/as trabalhadores rurais e escravos peregrinavam pelo sertão, atrás do beato Antônio Conselheiro, até se estabelecerem no Arraial do Canudos. Criou-se um povoado em que o trabalho cooperado foi essencial para a preservação da comunidade. Todos tinham direito a terra e desenvolviam a agricultura para auto-consumo, envolvendo todos os membros da família. Na comunidade havia um fundo comum destinado a proteção dos velhos e aos doentes. Chegou a ter cerca de 10 mil habitantes. Entre outubro de 1896 e outubro de 1897, mais de 5 mil soldados do exercito e armamentos pesados de guerra foram envolvidos no ataque ao arraial.

b) Guerra do Contestado

Em 1912, o governo concedeu uma enorme extensão de terras à empresa norte-americana Brasil Railway Company, no trecho previsto para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul. Ao final da construção da ferrovia, cerca de 8 mil trabalhadores ficaram desempregados e passaram a perambular pela região a procura de trabalho. Nesse momento surgiu na região de Campos Novos e Curitiba, em Santa Catarina, um movimento camponês de caráter político-religioso, liderado pelo monge José Maria. Inicialmente ficaram numa área de disputa entre Paraná e Santa Catarina, por isso chamado de Contestado, que chegou a cerca de 20 mil pessoas. Em 1915, os lideres lançaram um manifesto monarquista e declararam a “guerra santa” contra os coronéis, as companhias de terras e as autoridades governamentais. O arraial foi dizimado quando o governo enviou cerca de 07 mil soldados do exercito, até mesmo aviões foram utilizados pra localizar os redutos rebeldes.

c) Guerra do Caldeirão

Uma luta de resistência camponesa, contra os latifundiários, que aconteceu no Ceará, na Chapada do Araripe, no período de 1926-1937, quando foram assassinadas mais de 400 pessoas. O nome Caldeirão refere-se a uma depressão no relevo, onde se encontrava água cristalina durante todo o ano. A área pertencia ao padre Cícero - famoso religioso e político da

época - que a entregou ao beato Zé Lourenço e seus seguidores para trabalharem na terra. O Caldeirão ficou auto-suficiente. Sua fama crescia e já influenciava outras cidades, porque tinham uma produção diversificada: agricultura, artesanato, confecção de redes, roupas, calçados, etc. Todas as ferramentas necessárias para o trabalho eram feitas na própria comunidade. Os produtos excedentes eram vendidos em Juazeiro e no Crato. Ninguém se considerava dono de alguma coisa. Todavia, a grande concentração de camponeses naquelas terras chamou a atenção dos fazendeiros, que, temendo o aumento da organização dos trabalhadores e uma possível ocupação de suas terras, iniciaram uma guerra contra os camponeses para destruir Caldeirão. A força militar chega ao sítio e os moradores resistem à destruição, casas são incendiadas e pessoas mortas, mais não conseguem vencer a comunidade. Dias depois, retornam usando dessa vez aviões, acontece o segundo bombardeio aéreo sobre civis na história do Brasil. (o primeiro foi em 1912, Contestado), destruindo assim o povoado.

3. As lutas pré-sindicalistas

a) As colônias anarquistas

A chegada dos imigrantes para trabalhar nas lavouras do café dos grandes fazendeiros vai trazer mudanças no perfil do campesinato brasileiro. Além de ser explorado com baixa remuneração (a família toda precisava trabalhar para a subsistência), o colono ainda sofria a especulação do fazendeiro, pois era obrigado a comprar o que precisava pelo dobro do preço, nos seus armazéns, desta forma estava sempre devendo ao fazendeiro. Recebiam um preço de terra onde desenvolvia uma cultura de auto-consumo, no entanto, ao chegar à época da colheita, muitos eram expulsos, sofrendo as mais variadas injustiças e perseguições. A exploração imposta faz com que se organizem ainda que de forma clandestina (já que o Ato Adicional de 1834 proibia toda e qualquer associação de ofício): surgem as primeiras associações de socorro mútuo, os mutirões, e a organização de núcleos e colônias que serão precursores do sindicalismo brasileiro.

A formação de núcleos ou colônias, tais como a Colônia Cecília, Colônia Leopoldina, Colônia Nova Itália, organizadas sem propriedade individual, sem lei e sem religião, e onde começaram a funcionar as “Escolas Internacionalistas”, que depois se espalharam por outras áreas de imigração do sul do Brasil.

Além disso, os anarquistas começaram a se organizar nos sindicatos, cuja ação deveria ser voltada para o desenvolvimento da consciência da classe, com repúdio a idéia de organizar os trabalhadores em partido político, recusa intransigente ao assistencialismo e mobilização permanente dos trabalhadores para ação direta contra os patrões. Para os libertários a educação ocuparia um papel de destaque, pois era considerado um veículo de conscientização

e transformação das sociedades, sendo responsável pela formação de novas mentalidades e ideais revolucionários. Articulavam a educação entre si, em três dimensões: a educação político-sindical⁵, a educação escolar e as práticas culturais de massa.

Em 1907, é aprovada a Lei Adolfo Gordo para expulsar lideranças sindicais estrangeiras (1907/1913 -governo Hermes da Fonseca). Esse processo vai ser intensificado em 1917, quando a nível internacional, ocorria a Primeira Guerra Mundial, e os anarquistas e socialistas faziam intensa propaganda anti-militarista, além disso, a situação econômica para os trabalhadores (as) estava insuportável: carestia, desemprego, recessão, reinava fome e miséria, culminando com a Greve Geral, sendo desencadeada um processo de repressão e o uso intensivo da Lei Adolfo Gordo.

b) Posseiros da Rodovia Rio-Bahia

A valorização das terras da Região de Governador Valadores - MG devido à perspectiva da construção da rodovia Rio - Bahia em 1940, ali viviam muitos posseiros, sem perda de tempo, os supostos donos das terras começaram a aparecer de todos os lados e impuseram aos posseiros a condição de derrubar a mata para formação de pasto, eles só podiam plantar para subsistência. A partir de 1955 com a construção das rodovias, começou o processo de expulsão dos posseiros. Eles começaram então a juntar os posseiros para formar uma associação (visto que os sindicatos rurais ainda não eram reconhecidos), essa organização foi até a década de 1964, quando foram presos e torturados pela ditadura militar.

c) Trombas e Formoso

Em 1948, a construção da Transbrasiliana e o projeto de colonização do governo federal valorizaram as terras da região de Uruaçu, no norte de Goiás. Trabalhadores provenientes do Maranhão e Piauí chegaram ao local liderado por Jose Porfírio e estabeleceram posses numa área de terra devoluta, que estavam sendo griladas, por um grupo de fazendeiros, um juiz e um dono de cartório da região. Eles queriam que os posseiros saíssem das terras, e eles pagariam as benfeitorias feitas, a recusa foi geral. Então os grileiros queimaram as roças e as casas dos camponeses, inclusive acarretando a morte da mulher de José Porfírio. No final da década de 1950, com a contribuição do PCB, toda a região estava organizada na Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso, a organização foi se afirmando, até a região se tornar um município e Jose Porfírio foi eleito deputado estadual em 1962. Os posseiros ganharam muita força na região e formaram vários sindicatos, o que foi

⁵ Desde esse período a necessidade de formação sindical já se fazia presente entre as organizações, já colocavam a educação em suas diferentes dimensões sinalizando para o que chamamos hoje de formação programada (cursos, seminários, oficinas, etc), e a formação na ação que ocorre no cotidiano da organização, nas comunidades, no trabalho, mobilizações, intercâmbios, pesquisas, sistematização coletiva de experiências.

desmentalado em 1964, com o golpe militar. Depois de viver na clandestinidade, José Porfírio, foi preso em 1972, foi solto no ano seguinte e desapareceu.

c) Influência do Partido comunista formação do Bloco Operário e Camponês (BOC)

A mudança de ênfase no PCB sobre a realidade brasileira, que identifica a realidade brasileira como sendo de um capitalismo agrário semi-feudal, leva o partido a formar o Bloco Operário e Camponês (BOC) em 1927, incorporar a luta contra a política da oligarquia, buscar aliança com a Coluna Prestes e atuar na área rural brasileira.

A análise da sociedade como sendo um país semi-feudal, onde a revolução seria feita por etapas: a primeira, de caráter nacional e democrático, seria anti-imperialista e anti-feudal, para isso teria que fazer alianças entre o operariado e o campesinato; a segunda, de caráter socialista. Essa tese se fundamenta na revolução leninista, pois para Lênin, a etapa primeira representada pela revolução democrático-burguesa é constituída pelo desenvolvimento do capitalismo. Embora esse processo revolucionário deva estar sob a direção política do proletariado, suas tarefas consistem em desenvolver as forças produtivas capitalistas (modernas), a fim de que possam ser eliminadas as antigas formas de produção ainda existentes nessas sociedades atrasadas. Por isso, a estratégia fundamental no operariado não pode basear-se na luta contra o capital, mas sim numa aliança com o campesinato para enfrentar o feudalismo. É esse caráter democrático-burguês que a proposta do BOC confere, a partir de 1928, à luta de classes.

As divergências com relação a essa aliança, os resultados da revolução de 1930 e as definições do comunismo internacional levaram a uma re-orientação para a “obreirização”, que consistia em substituir os intelectuais por operários nos cargos e instâncias partidárias e o fim do BOC.

Na verdade essa aliança acabou tendo uma dimensão mais eleitoral de assegurar candidaturas que assegurassem a defesa dos interesses proletários, daí a necessidade de ampliar sua ação e se aproximar de outras organizações progressistas. Daí os acenos a setores da pequena burguesia como forma de romper o bloqueio à ação política que lhe era imposto não só pelas classes dominantes como também pela sua própria fraqueza interna. Com isso entendemos porque o BOC vai centrar sua ação nas questões sociais, sem questionar o sistema social vigente, pleiteando, reformas modernizadoras.

Essa aliança retoma na ação do partido na década de 1960 com a participação na organização das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.

SEGUNDO MOMENTO: A IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA SINDICAL NO BRASIL NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO

“Ninguém tem liberdade para ser livre, pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem”

(Freire, 1978).

O fim da primeira guerra mundial (1914-1918), a revolução russa (1917), a quebra da bolsa de Nova York (1929), a crise do café, o movimento tenentista e a coluna Prestes marcou uma grande seqüência de manifestações de operários, artistas, militares, camponeses que começaram a reivindicar a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a elaboração de uma legislação protegendo os trabalhadores rurais e colonização em terras devolutas com base em pequenas propriedades.

A revolução de 1930, inaugura as condições que permitiriam no decorrer dos anos seguintes, a modernização conservadora e a construção do Estado Moderno, criador de classes sociais modernas (burguesia industrial e proletariado), e o fortalecimento de uma classe média urbana, que insatisfeita com o domínio imposto pelas oligarquias agrárias. Lideradas pelo seu segmento mais radical, os “tenentes”, desencadeiam um ciclo de movimentos armados, cujo início é a revolta do Forte de Copacabana (1922), sucedendo-lhe a chamada Revolução de São Paulo, que culmina com a formação da Coluna Prestes (1924-1927).

As oligarquias agrárias, ligadas á lavoura de exportação, entram enquanto classe, num persistente processo de decadência econômica, embora o sistema político continue fortemente influenciado por ela, que mostrou uma capacidade insuspeita de se manter no controle do poder político ate 1964. É importante notar que a oligarquia agrária foi capaz de diversificar seus negócios expandindo-se em atividades urbanas, e aproveitar-se do capital industrial, através de associações, sem perder sem abrir mão do autoritarismo e conservadorismo, e sua vinculação com o rural, o que lhes garantia e fortalecia seus currais eleitorais.

Os industriais que querem controlar o poder, o Estado, não tem força para fazê-lo sozinhos; apelam, então, para uma aliança com a classe operária e a chamada “classe média”, tendo Getúlio Vargas com seu representante, constituindo a aliança entre desiguais – populismo brasileiro- para permitir a consolidação do poder dos industriais contra o poder da oligarquia rural, essa aliança que se afirma na Região Sudeste, não consegue se estruturar no restante do Brasil.

É dentro desse contexto que o Governo Vargas assina em 15 de março de 1931, o decreto conhecido como Lei de Sindicalização (decreto 19.770, de 19 de março de 1931). Até

essa época todos os sindicatos eram formados por iniciativa de trabalhadores de uma profissão ou categoria e se mantinham através das contribuições de seus associados. Os sindicatos eram livres, independentes e funcionavam como organismos de luta por melhores condições de vida e salário.

A lei de sindicalização definindo o sindicato como órgão de colaboração com o poder público, servindo de pára-choques entre tendências conflitivas nas relações do capital com o trabalho. Os diretores só podiam ser brasileiros natos ou com mais de 20 anos de residência, sendo obrigação do ministério do trabalho fiscalizar as assembléias e contabilidade dos sindicatos.

A nova lei de sindicalização visava oficializar, ou seja, atrelar os sindicatos ao recém criado Ministério do Trabalho. Pelo projeto governamental, os sindicatos deveriam funcionar como um órgão de conciliação entre os trabalhadores e os patrões e como um órgão de caráter assistencialista.

De fato, os objetivos básicos da Lei de Sindicalização eram claros: 1) transformar o sindicato, de arma autônoma dos trabalhadores, em agência colaboradora do Estado; 2) disciplinar o trabalho, considerando-o como mero fator de produção; e 3) evitar a emergência da luta de classes, utilizando o sindicato como “para-choque, entre o capital e o trabalho.

O projeto sindical populista de Vargas previa a adoção de leis que, na verdade, eram conquistas ou reivindicações dos trabalhadores ao longo de anos de luta, as chamadas leis sociais: pensões de aposentadoria, jornada de trabalho de 08 horas, proteção ao trabalho das mulheres e das crianças. A constituição corporativista de 1937 e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) consolidam a política varguista para o movimento operário, com a instalação da justiça do trabalho e a criação do imposto sindical. A CLT exclui os trabalhadores rurais do direito a sindicalizar-se apesar de lhes assegurar o direito ao salário mínimo.

A inexistência de uma organização no campo que aglutinasse essas bandeiras, à época, foi um dos fatores que impediram a elaboração e a implementação de uma legislação específica para o campo.

A construção da estrutura sindical oficial (e a ideologia corporativista que lhe dá suporte) não foi somente produto da repressão e do silêncio a que foram submetidos os setores mais combativos e de esquerda do movimento sindical brasileiro. Foi também resultado de uma série de medidas legais e político-ideológicas que engenhosamente articuladas, dentre as quais a educação constituiu um dos mecanismos de propaganda e de convencimento.

O estímulo a sindicalização era acompanhada por uma propaganda doutrinária que envolvia benefícios sociais advindos de um conjunto de leis trabalhistas, e a divulgação de um regime sindical específico, o regime corporativista, principalmente por meio das práticas de

formação sindical incentivadas pelo Ministério do Trabalho, nos sindicatos dirigidos por ministerialistas ou 'amarelos'.

Uma vez constituído o sindicato de acordo com a lei, exigia-se ainda, para o seu reconhecimento o envio de seus estatutos ao Ministério do Trabalho para aprovação, além da presença permanente nos sindicatos em assembléias e no controle das finanças. Portanto, significando progressivamente a implantação de um projeto totalitário de poder.

No entanto, as influências das correntes comunistas e anarquistas criaram organizações paralelas como foi o caso do Pacto da União Intersindical (PUI), organizado a partir da greve de 1953, em São Paulo que chegou a aglutinar não só sindicatos mas federações de mulheres, associações de bairro, entidades estudantis. Também o Pacto de Unidade e Ação (PUA), de 1957, ou o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de 1962, deram certa autonomia e permitiram articular melhor as lideranças e deram mais vigor as lutas dos trabalhadores (Abreu e Lima, 2005).

No que se refere à defesa dos direitos trabalhistas na área rural, foram organizados sindicatos de forma localizada e isolada, além de associações mais voltadas aos interesses dos pequenos produtores, como arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários. Embora existisse uma legislação que permitia a criação de sindicatos, somente em 1944 através do Decreto 7.038 se autoriza de forma explícita a sindicalização rural, porém esta lei não foi implementada. Assim até 1955, o Ministério do Trabalho só tinha reconhecido o sindicato rural de Campos, Rio de Janeiro (que tinha sido criado em 1938), o mais antigo do país, e em seguida: Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, em Pernambuco; Belmonte, Ilhéus e Itabuna, na Bahia; Tubarão em Santa Catarina.

Muitas eram as dificuldades para esse tipo de organização: a legislação trabalhista era feita para os trabalhadores urbanos, não considerando a especificidade do trabalho no campo, quase não existiam juntas de conciliação e julgamento nas cidades do interior, o código civil não permitia a organização de sindicatos rurais, e os proprietários rurais agiam de forma repressiva, inclusive acionando a polícia para reprimir qualquer tentativa de organização e mobilização dos trabalhadores (as) rurais.

TERCEIRO MOMENTO: OS CAMPONESES ORGANIZADOS COMO CLASSE

*Somos gente nova vivendo a união
Somos povo, semente de uma nova nação, ê, ê.
Somos gente nova vivendo o amor
Somos comunidade, povo do Senhor, ê, ê
Vou convidar os meus irmãos trabalhadores
Operários, lavradores, biscateiros e outros mais
E juntos vamos celebrar a confiança
Nesta luta na esperança de ter terra, pão e paz.
Zé Vicente*

Após a segunda guerra mundial, houve uma aceleração do processo de penetração capitalista, no campo, com a construção de grandes obras e expansão de crédito.

Nesse processo, foram duramente atingidos os foreiros, parceiros, pequenos proprietários e moradores de engenho (que tinham direito a cultivar a lavoura branca e a obrigação de prestar três dias de serviço por semana ao proprietário).

Através da expulsão do morador, da supressão do direito do cultivo do sítio, do aumento dos dias de cambão. Como reação a esse processo, as organizações camponesas passaram a se contrapor, de forma articulada, contra as ações de despejo acionadas pelos usineiros e latifundiários.

No período de 1954 a 1964, surgiram três grandes organizações camponesas que deram uma outra fisionomia ao debate e as lutas dos camponeses (as) no País:

a) Ligas camponesas

Em 1955, os donos do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, impuseram o aumento do foro e tentaram expulsar os foreiros da terra, que resistiram ao processo de despejo, e começaram a participar da formação da Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), fundada inicialmente com fins basicamente assistenciais, para fornecer assistência médica, jurídica, criar escolas e uma caixa funerária para seus associados, e posteriormente, se tornando um movimento de luta pela Reforma Agrária que se espalhou por vários Estados do Nordeste. “A repressão atribuiu o nome de Ligas à organização desses trabalhadores para caracterizá-los como comunistas, em alusão ao nome por estes utilizados para certas organizações populares” (Abreu e Lima, 2005).

A partir das Ligas os camponeses organizados faziam um trabalho de denúncia, agitação, resistência na terra e mobilizações. As ligas utilizavam diferentes estratégias para organizar e formar os trabalhadores: conversas na feira, na missa, nos locais de trabalho, boletins, cordéis, etc.

As Ligas se organizavam em “delegacias ou núcleos, por município, distritos ou fazendas. Em âmbito local, eram compostas só de camponeses; no nível estadual além das lideranças camponesas, envolvia profissionais liberais, intelectuais, estudantes, parlamentares”. (Abreu e Lima, 2005).

b) União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB

Mesmo na ilegalidade, o PCB manteve algum trabalho no campo, e em 1954, na II Conferência Nacional de Lavradores, foi fundada a ULTAB, com a presença de 303 representantes de 16 estados, tendo-se discutido o direito a organização dos trabalhadores rurais em associações e sindicatos, o direito de greve, a reforma agrária, previdência social, adoção de medidas de apoio a produção etc., sendo a primeira experiência na perspectiva sindical no campo brasileiro.

c) Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER

Surgiu no Rio Grande do Sul em 1950, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros, inovava com relação às formas de luta, pois executava a ocupação de terras, formando acampamentos e organizando estratégias de defesa, dentro das terras dos latifundiários, em áreas previamente escolhidas.

Essas três organizações durante sua existência assumiram algumas lutas de forma unificada, como por exemplo, a greve no setor canavieiro em Pernambuco, em 1963, que obteve conquistas significativas para a categoria ou a participação em Congressos como o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1961, que embora explicitasse as divergências, marcou o reconhecimento social e político da categoria camponesa e o reconhecimento do seu potencial organizativo dentro da sociedade brasileira.

A partir, o movimento camponês cresceu e as discussões sobre a questão fundiária ampliaram-se, atingindo outros setores da sociedade, inclusive a Igreja Católica, que passou a atuar na perspectiva de fortalecer a posição da Igreja entre os camponeses através da criação de sindicatos⁶.

A década de 1960 chega com o país falando de reformas de bases. As principais eram a reforma agrária, reforma na educação e no sistema bancário. Nesse período foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que concedia aposentadoria por invalidez ou por velhice como resultado das lutas lideradas pelas Ligas Camponesas no Nordeste, que aliavam as lutas

⁶ No Rio Grande do Norte, o então Bispo Dom Eugenio Sales funda em 1960 o Serviço de Orientação Rural (SAR) uma organização beneficente da Igreja destinada a fundar sindicatos. Até 1962 48 sindicatos foram fundados e 16 deles foram reconhecidos. Em Jaboatão (PE) o padre Crespo e o Padre Antonio Melo no Cabo (PE) passam a criar sindicatos com um objetivo declarado de enfraquecer o avanço das Ligas Camponesas e do PCB.

por direitos trabalhistas e reforma agrária e do surgimento dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, das federações e da CONTAG, o que já era o bastante para deixar os latifundiários muito aborrecidos com o governo.

SURGE A PRIMEIRA ORGANIZAÇÃO SINDICAL NACIONAL NO CAMPO: CONTAG

*Ainda que o gesto me doa,
não encolho a mão: avanço
levando um ramo de sol.
Mesmo enrolada de pó,
dentro da noite mais fria,
a vida que vai comigo
é fogo:
esta sempre acesa*
Thiago de Mello

A existência das Ligas Camponesas, da ULTAB, do Master e a influência do PCB e da Ação Popular- AP⁷, fizeram com que a organização dos trabalhadores(as) rurais em sindicatos fosse acelerada, as bandeiras de lutas atualizadas e ampliadas e estabelecidas linhas de ação comum.

Esse processo culminou na realização do 1º Congresso Nacional dos Lavradores e trabalhadores agrícolas, em 1961, em Belo Horizonte coordenado pela ULTAB, que reuniu 1.600 delegados de várias organizações. Articular nacionalmente as lutas passou a ser uma das principais preocupações, apesar das diferentes correntes de pensamento, de concepções e de formas de organização.

Em 1962, já existiam 42 federações, em alguns estados mais de duas: de assalariados, de lavradores, de pescadores, de agricultores, de trabalhadores rurais, sendo que 27 eram reconhecidas oficialmente pelo Ministério, que solicitou a realização de um Congresso Nacional para criação da Confederação, o que ocorreu em 22 de dezembro de 1963, com a participação de trabalhadores rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, sendo reconhecida em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto Presidencial 53.517.

⁷ Foi formada em Belo Horizonte (MG), em 1962, a partir de grupos de operários e estudantes ligados à Igreja Católica: a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC). Nos primeiros anos da década de 1960, ainda fortemente influenciada pelo ideário humanista cristão, vinculada às estruturas formadas pela Igreja junto aos movimentos populares, a AP possuía penetração entre operários, camponeses e estudantes, principalmente entre os últimos. A AP deslocou militantes para as fábricas e para o meio rural, sendo efetuadas experiências em meios populares como o [ABC paulista](#), da Zona Canavieira em [Pernambuco](#), da região Cacaueira da [Bahia](#), da área de [Pariconha](#) e [Água Branca](#) em [Alagoas](#), e do Vale do [Pindaré](#), no [Maranhão](#). Foi da Juventude Estudantil Católica que partiram as primeiras discussões que operaram mudanças políticas e ideológicas e sua transformação em uma organização marxista-leninista. Em março de 1971, a AP formalizou a influência do marxismo e se proclamou partido com a denominação de Ação Popular Marxista-Leninista (APML), que continuou sua ação política durante a ditadura (ACO, 1985).

“A CONTAG torna-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional reconhecida legalmente. Ajustou em seu interior diversas concepções e correntes de pensamentos, desde os setores mais à direita, setores da Igreja, provenientes das Ligas e os comunistas”. (Revista dos 40 anos da CONTAG).

A mobilização popular a favor das reformas amedrontou a classe dominante, temiam que fosse apenas o começo de uma série de transformações radicais no país. A resposta das elites veio de imediato no dia 31 de março de 1964, as tropas militares ocuparam os pontos estratégicos do país, autoritarismo, desrespeito a constituição, perseguição militar, prisão e tortura para os opositores e censura prévia nos meios de comunicação, esse foi o quadro político criado pelo regime militar para arrasar toda oposição a sua forma de governar o país.

Recém criada a CONTAG, na busca pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, pela reforma agrária, sofre de imediato a violência do golpe militar sobre as lideranças de sua organização, que viu bandeiras de lutas políticas dos trabalhadores, em especial, a da reforma agrária, serem colocadas em segundo plano.

Já em 1964, foi decretada a Primeira Lei de Reforma Agrária do Brasil elaborada ainda no Governo João Goulart, acabou sendo promulgada com modificações, pela ditadura militar, sendo denominada Estatuto da Terra, que por um lado definiu regras para os contratos de arrendamento e parceria, como resposta as reivindicações do movimento sindical, e por outro incentivou o pacote da Revolução Verde, que obrigou muitos agricultores familiares a saírem do campo, com um grande aumento da miséria na área rural e nas cidades.

Logo na sua criação tinha sido constituída uma equipe de “educação sindical” com o objetivo de capacitar lideranças e dirigentes a fim de mantê-los informados, nas temáticas do movimento e da realidade social e política do país. A formação sindical centrava sua ação na alfabetização dos trabalhadores (as), na difusão de práticas agrícolas e cursos políticos para formar novas lideranças, que durante a ditadura tiveram que atuar de forma quase clandestina.

“Após a intervenção, foi constituída uma Junta Governativa que durante um ano administrou a CONTAG. No ano seguinte, uma diretoria foi eleita para administrar a entidade durante o período de 1965 a 1968, tendo como interventor José Rotta.”(Revista 40 anos da CONTAG).

A partir de 1966, trabalhadores que resistiam à ditadura buscaram retomar o controle da entidade, e superar as dissidências alimentadas durante o período de intervenção, buscando a organização dos sindicatos e federações. A formação se traduzia em práticas educativas para garantir núcleos organizados nos locais de trabalho e para fortalecer o processo de retirada dos interventores e sindicalistas pelegos, impostos nos sindicatos e federações pela ditadura.

Os materiais de comunicação sindical foram fundamentais para garantir minimamente

uma ação articulada nacional, regional e estadual. Eram boletins, revistas e jornais, que tinham como objetivo central a conscientização e a socialização das vitórias e lutas do MSTTR. A criatividade marcou esse período. O cerceamento das liberdades individuais e coletivas inibia qualquer divulgação de trabalhos que pudessem, em seu conteúdo, ser interpretado como “ofensivo” ao governo e a “ordem pública”.(Revista 40 anos da CONTAG)

O cotidiano e o estímulo à organização dos trabalhadores (as) rurais eram reproduzidos por meio de personagens. Também reproduziam as poesias, prosas e cordéis, escritas pelos trabalhadores (as) rurais, dialogando com os desafios do dia-a-dia, sem serem perturbados pela Polícia ou pelo Ministério do Trabalho. Os autores das histórias utilizavam pseudônimos, caso a repressão militar resolvesse censurar os textos, os autores estariam protegidos.

Outro instrumento utilizado no final da década de 1960 e meados de 1970, foi o sócio-drama. Priorizava a oralidade e a expressão corporal, para estimular uma visão crítica daquele momento que o país vivia sem chamar a atenção do poder público (Revista CONTAG 40 anos).

O trabalho comunitário e de pequenos grupos foi a estratégia adotada durante muitos anos para resistir e formar novas lideranças durante a fase da ditadura. Eram organizações quase clandestinas em grande parte fomentadas ou apoiadas pela Igreja. Portanto, esse período nos ensinou a importância da comunidade, da formação de base, do trabalho em grupos, da importância do ambiente cultural na formação do ser humano, por exemplo, na Amazônia, as relações comunitárias de parentesco e de vizinhança foram à base da organização dos “posseiros”, durante toda a década de 1970. Os núcleos formados por famílias extensas e vizinhos, liderados pelos mais antigos, formavam uma rede importante de relações através das quais se recrutavam os membros das comunidades para as ações coletivas. Foi na experiência de comunidades já existentes, na sua organização já construída e na solidariedade que novos migrantes foram rompendo as fronteiras do latifúndio na região, e foram ficando na terra e produzindo.

De meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiam por todo o território nacional, os conflitos fundiários triplicaram e o governo, ainda na perspectiva de controlar a questão agrária determinou a militarização do problema da terra. A militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores. A violência do peão que é o jagunço da força privada, muitas vezes com o amparo da força pública. A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão somente os interesses dos latifundiários. No ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador (a) rural a cada dois dias.

Essas diferentes ações fomentam a resistência e a luta por uma sociedade justa e

solidária até os nossos dias. As desigualdades sociais e a exclusão continuam acirrando as contradições de nossa sociedade, portanto, a luta pela terra, pelo meio ambiente, pela cidadania, a soberania alimentar, os valores humanistas, a participação popular, a educação, a saúde, as relações igualitárias de gênero e etnia, vinculadas à luta por uma sociedade economicamente justa, ecologicamente sustentável com equidade e justiça social continuam na agenda do dia para tecer o amanhã.

Tecendo a manhã

João Cabral de Melo Neto

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele lançou
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes lançou
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACO. AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. (1985) História da classe operária no Brasil: Geração e nascimento -1500 a 1888. Rio de Janeiro: ACO.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.

ARROYO, Miguel. (2003). Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? In: Currículo sem Fronteiras, v 3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun. Minas Gerais.

CONTAG. Revista dos 40 anos. Brasília, 2004.

GOHN, Maria da Glória. (1999) Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez. (Coleção Questões da nossa época; v.71).

MANFREDI, Silvia Maria. Formação Sindical no Brasil: história de uma prática cultural. São Paulo: Escrituras Editorial, 1996.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

NEVES, L.A. O comando geral dos trabalhadores (CGT) no Brasil (1961-1964). Belo Horizonte: Vega, 1981.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz a flor: a produção pedagógica dos movimentos sociais e a Educação do Campo. NEAD/Brasília, 2006.

TRONCA, Ítalo A. Revolução de 30: a dominação oculta- São Paulo:Brasiliense, 2004.